



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 São Geraldo do Araguaia



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **São Geraldo do Araguaia (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em São Geraldo do Araguaia, a taxa de pobreza iniciou em 2019 com 45% e caiu para 43,3% em 2020. No entanto, em 2021, voltou a crescer para 46,7%, culminando em um pico de 57,3% em 2022. Em 2023, houve uma queda importante para 45,4%, retornando a níveis similares aos de 2019. A Região de Integração Carajás iniciou com 30,5% em 2019 e teve leve oscilação, caindo para 29,8% em 2020 e subindo a 31,1% em 2021. O maior valor foi em 2022, com 37,5%, seguido de queda a 29,1% em 2023. O comportamento na RI mostra maior estabilidade e menor

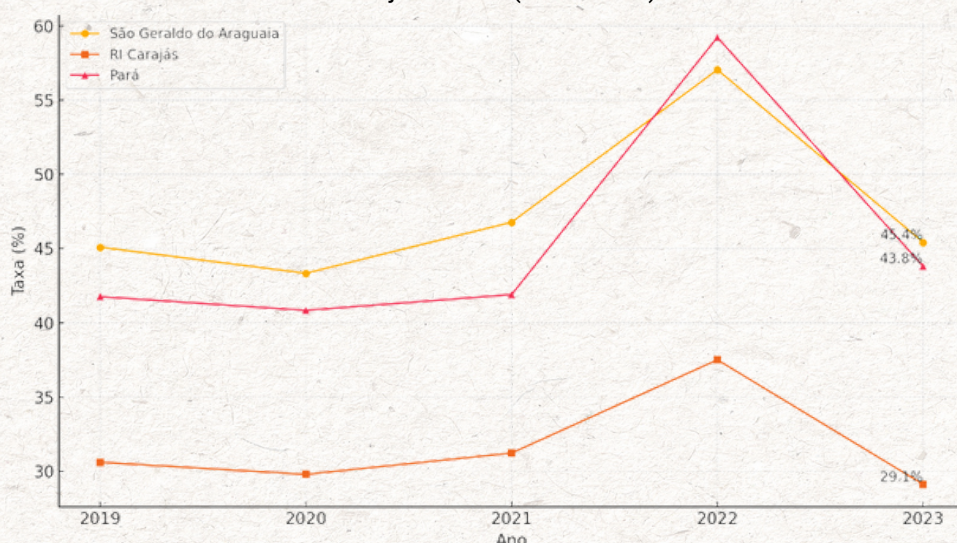
vulnerabilidade que o município (Gráfico 1).

No estado do Pará, a taxa de pobreza foi de 41,7% em 2019 e caiu ligeiramente para 40,7% em 2020. A partir de 2021, observou-se crescimento contínuo, atingindo 42% em 2021 e disparando para 59,4% em 2022, valor superior até mesmo ao registrado em São Geraldo. Em 2023, o índice recuou significativamente para 43,8%. Essa trajetória revela que o choque socioeconômico de 2022 teve reflexos em todo o território estadual. Ainda assim, o município acompanhou de forma próxima a oscilação estadual, embora te-



nha se recuperado de forma um pouco mais intensa em 2023. O comportamento geral aponta para oscilações associadas a crises econômicas e impactos sociais amplos (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

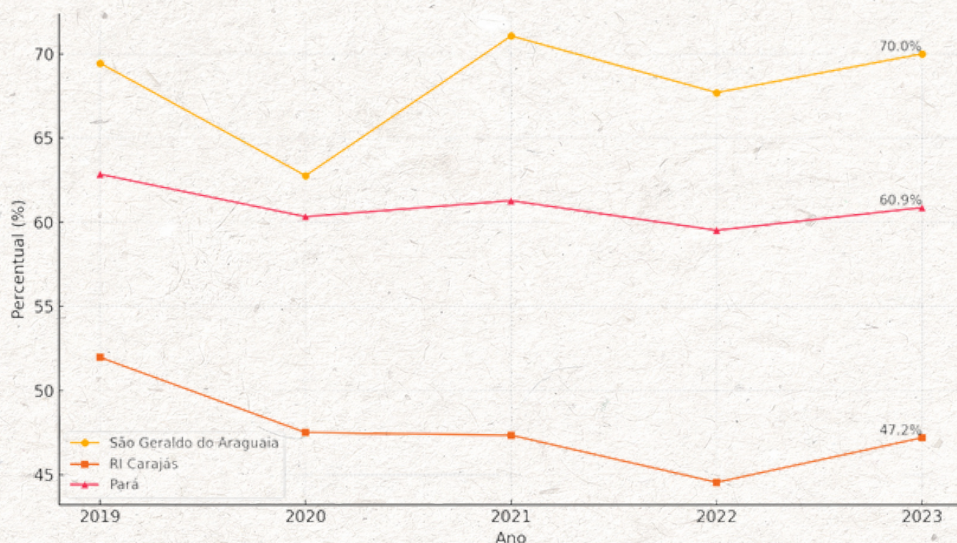
Despesas Públicas com Serviços essenciais

São Geraldo do Araguaia apresentou variação expressiva nas despesas públicas com serviços essenciais. Em 2019, o valor foi de 69,7%, caindo para 63% em 2020, e subindo acentuadamente para 71,3% em 2021. Em 2022 houve uma leve queda para 68%, seguida de novo aumento para 70% em 2023. Esse comportamento demonstra um esforço municipal de priorizar investimentos sociais, especialmente após 2020. Já a RI Carajás iniciou com 52,1% em 2019 e caiu para 47,7% em 2020, mantendo esse patamar em 2021. Em 2022 caiu ainda mais, para 44,7%, com discreta recuperação em 2023, atingindo 47,2% (Gráfico 2).

No estado do Pará, os percentuais também oscilaram, mas de forma mais moderada. Em 2019, as despesas com serviços essenciais representavam 62,8%, caindo para 60,3% em 2020. No ano seguinte, 2021, subiram para 61,2%, recuando novamente para 59,5% em 2022, e subindo para 60,9% em 2023. Isso indica uma tendência de relativa estabilidade no nível estadual, ainda que inferior à observada no município. Comparativamente, São Geraldo se manteve acima tanto da média da RI quanto do estado. Esse dado pode indicar maior comprometimento local com áreas como saúde, educação e assistência social (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

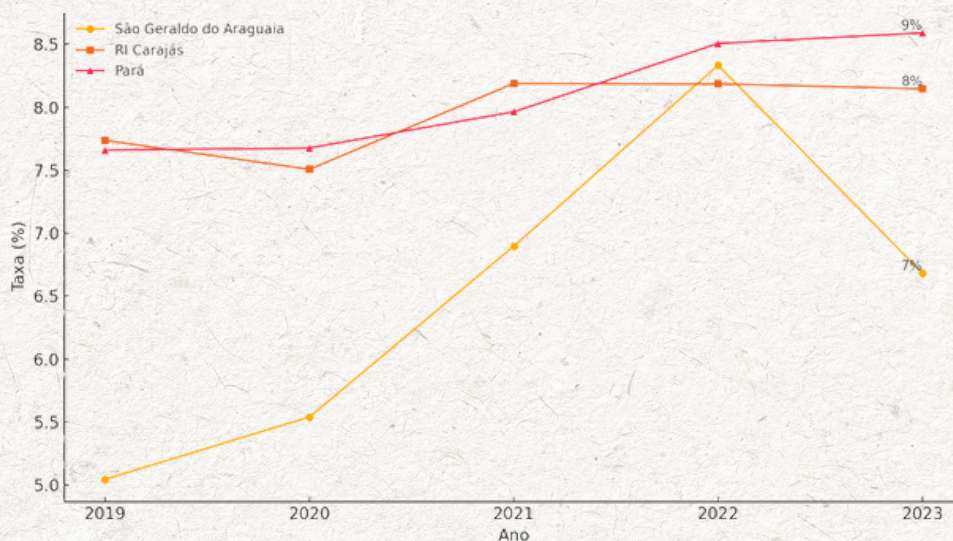
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

São Geraldo do Araguaia apresentou crescimento no indicador até 2022, iniciando com 5,1% em 2019 e atingindo o pico de 8,3%. Em 2020, a taxa foi de 5,5%, em 2021 passou a 6,9%, refletindo deterioração nas condições de saúde materno-infantil. A queda para 7% em 2023 aponta melhora recente, embora o patamar ainda seja elevado em comparação ao início da série. A RI Carajás teve comportamento menos instável, iniciando com 7,7% em 2019 e atingindo 8,2% em 2021. A taxa estabilizou em 8,1% em 2022 e 8% em 2023, mantendo um nível persistentemente alto (Gráfico 3).

No estado do Pará, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer cresceu de forma contínua. Em 2019, a taxa era de 7,6%, passando para 7,7% em 2020, subindo a 8% em 2021 e alcançando 8,5% em 2022. Em 2023, o valor chegou a 9%, o mais alto entre os três recortes territoriais. Isso evidencia um agravamento nas condições estruturais de saúde pública ao longo do tempo. Comparando os territórios, São Geraldo teve a maior variação relativa, enquanto o estado do Pará demonstra tendência ascendente constante. O cenário exige atenção, especialmente em políticas de pré-natal e nutrição infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

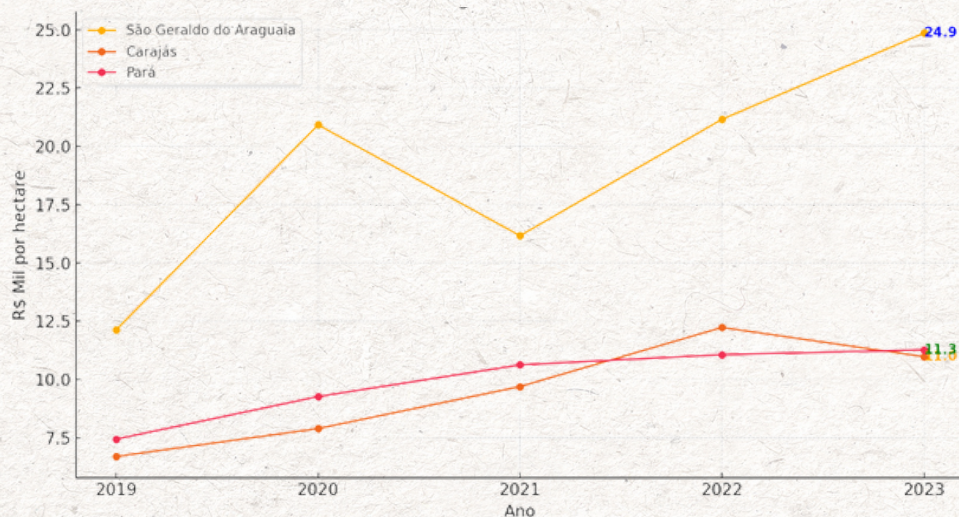
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

São Geraldo do Araguaia demonstrou forte avanço na produtividade agrícola. Em 2019, o município registrava R\$ 12,3 mil por hectare, que subiram para R\$ 20,9 mil/ha em 2020. Em 2021 houve um recuo para R\$ 16,3 mil/ha, seguido por retomada de crescimento: R\$ 21,2 mil/ha em 2022 e R\$ 24,9 mil/ha em 2023. Esse desempenho indica dinamismo produtivo local e possível modernização tecnológica no campo. A RI Carajás também evoluiu, embora em menor escala: de R\$ 6,7 mil/ha em 2019, cresceu até R\$ 12 mil/ha em 2022, antes de cair para R\$ 11,3 mil/ha em 2023 (Gráfico 4).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento constante, embora mais contido. A produtividade foi de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e subiu ano a ano até atingir R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Essa trajetória estável demonstra progresso técnico contínuo, porém inferior ao desempenho de São Geraldo. O município, ao superar tanto a média estadual quanto a da RI, consolida-se como um dos destaques produtivos da região. A diferença entre os patamares também sugere presença de cadeias mais eficientes ou investimentos mais robustos em insumos e infraestrutura agrícola no município (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 24,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

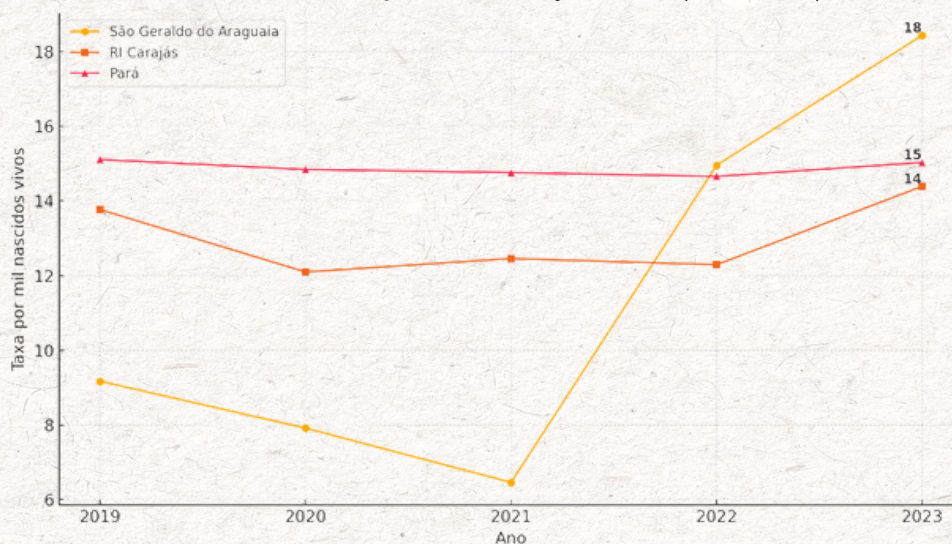
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em São Geraldo do Araguaia, a taxa de mortalidade infantil iniciou em 9,2 por mil nascidos vivos em 2019 e caiu para 8 em 2020. Em 2021, o município alcançou seu menor valor no período, com 6,5. A partir de então, houve crescimento expressivo: 15,1 em 2022 e 18 em 2023, mais que dobrando em dois anos. Na RI Carajás, a taxa era de 13,7 em 2019, caiu para 12,1 em 2020 e subiu levemente nos anos seguintes, alcançando 14 em 2023. Já no estado do Pará, os valores oscilaram de forma mais estável: 15,2 em 2019 e 15 em 2023 (Gráfico 5).

A tendência no município difere das demais escalas territoriais, com crescimento acentuado apenas a partir de 2022. Enquanto São Geraldo partiu de um patamar inferior à média estadual, superou-a em 2022 e 2023. A RI Carajás manteve-se relativamente estável ao longo do tempo, sempre abaixo da taxa estadual. Já o estado do Pará oscilou entre 14,7 e 15,2, com pouca variação entre os anos. O aumento brusco da mortalidade infantil em São Geraldo exige atenção das políticas públicas de saúde local, especialmente na atenção neonatal e acesso a serviços de urgência (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

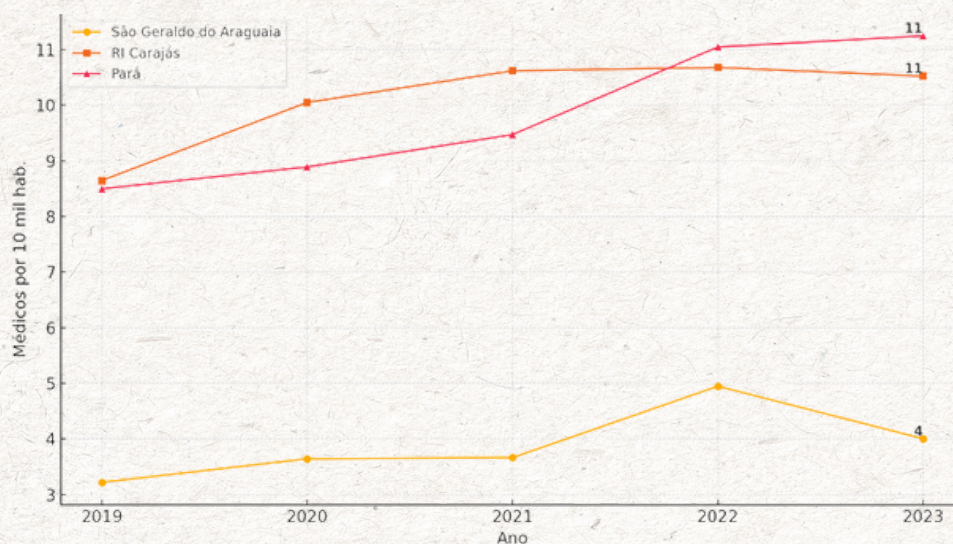
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em São Geraldo do Araguaia, o número de médicos por 10 mil habitantes era de apenas 3,2 em 2019, aumentando para 3,6 em 2020 e mantendo-se em 2021. Em 2022, houve um salto para 5 médicos por 10 mil hab., seguido de queda para 4 em 2023. Apesar da oscilação, o município permanece com uma densidade médica bastante inferior às demais regiões. Na Região de Integração Carajás, o número cresceu de 8,7 em 2019 para 10 em 2020 e 10,6 em 2021. Manteve-se em 10,7 em 2022 e recuou levemente para 10,5 em 2023 (Gráfico 6).

O estado do Pará iniciou com 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e evoluiu de forma contínua até atingir 11 em 2023. Superou a RI Carajás a partir de 2022, demonstrando melhoria mais acentuada na média estadual. Comparativamente, São Geraldo apresenta déficit relevante no acesso a profissionais da saúde. Mesmo com o pico em 2022, o município ainda está muito aquém dos padrões da RI e do estado. A baixa proporção de médicos pode estar relacionada ao aumento da mortalidade infantil observado no município no mesmo período (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

São Geraldo do Araguaia registrava 249,2 vagas por mil habitantes em 2019, número que se manteve estável até 2021, com leve variação para 247,1 em 2020 e 251,1 em 2021. A partir de então, houve queda: 244,6 em 2022 e 238 em 2023. A Região de Integração Carajás seguia com 237,8 em 2019, chegando a 236,3 em 2021 e diminuindo mais acentuadamente para 219,2 em 2022 e 197,9 em 2023. O estado do Pará partiu de 210,9 em 2019 e chegou a 198,2 em 2023 (Gráfico 7).

A tendência geral aponta para uma redução no número de vagas por mil habitantes em todas as esferas. São Geraldo ainda mantém os maiores valores, mas a diferença frente à RI e ao estado tem diminuído. A queda mais expressiva ocorre entre 2021 e 2023, período que pode refletir reorganizações pós-pandemia. O recuo de vagas pode impactar o acesso à educação pública, sobretudo nas áreas mais vulneráveis. É necessário avaliar se a retração corresponde a redução de população estudantil ou desinvestimentos (Gráfico 7).

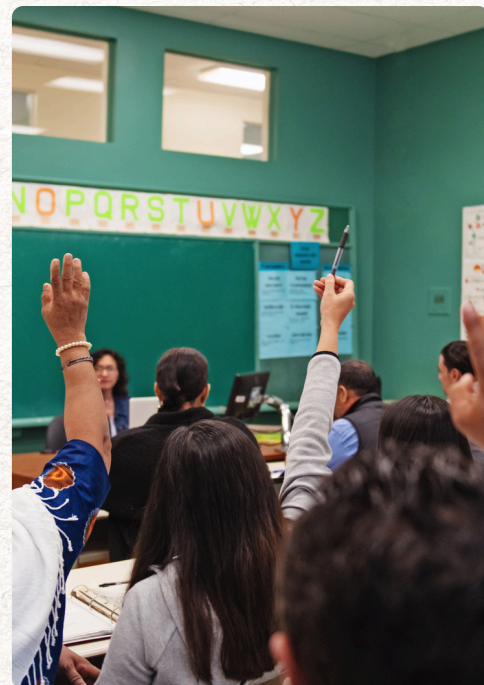
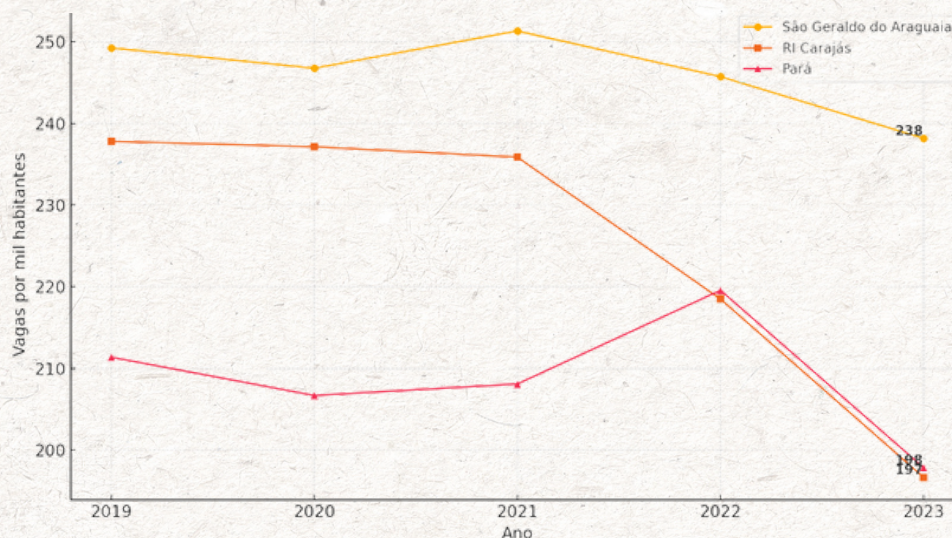


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 238 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

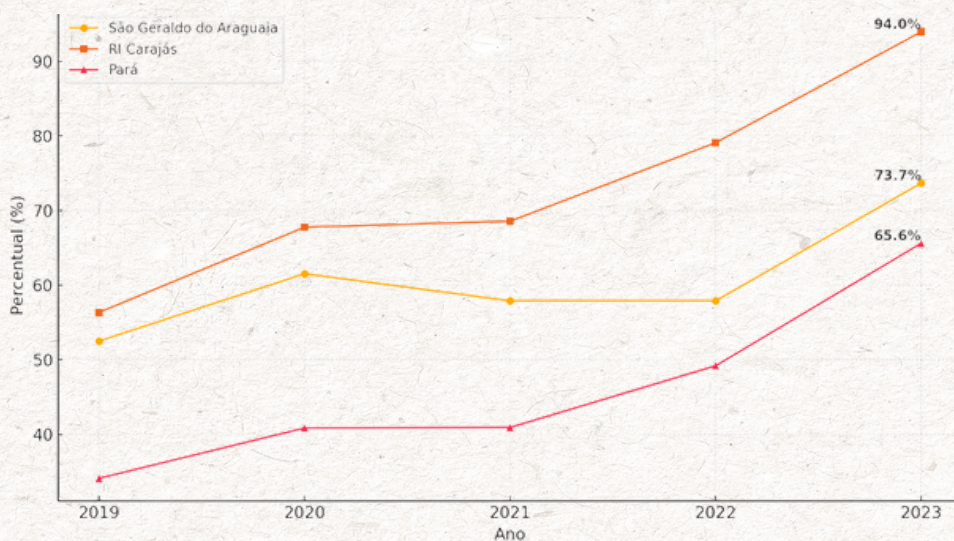
Em 2019, apenas 52,5% das escolas de São Geraldo do Araguaia tinham acesso à internet, índice que subiu para 61,5% em 2020. Houve uma leve queda para 58% em 2021 e repetição desse valor em 2022, seguido de forte crescimento para 73,7% em 2023. A RI Carajás começou com 56,8% em 2019, alcançando 68,2% em 2020 e mantendo 68,6% em 2021. Em 2022, avançou para 78,9% e atingiu 94% em 2023, o maior valor entre os territórios (Gráfico 8).

No estado do Pará, o percentual cresceu

continuamente: de 34% em 2019, passou a 40,5% em 2020 e manteve 40,7% em 2021. Em 2022, houve salto para 49,2% e, finalmente, 65,6% em 2023. Embora com ritmo mais lento, o estado teve progresso contínuo, refletindo políticas públicas de conectividade escolar. A evolução mais expressiva foi registrada na RI Carajás, que superou amplamente os demais em 2023. O município acompanhou essa tendência com certo atraso, mas demonstrou avanços importantes no último ano (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

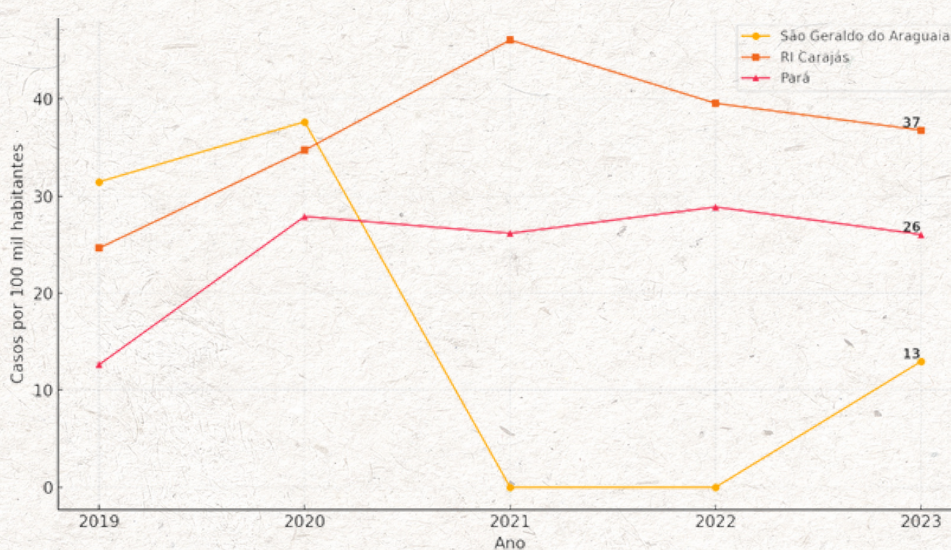


Em São Geraldo do Araguaia, o número de casos era de 31,4 por 100 mil habitantes em 2019, subindo para 37,9 em 2020. Contudo, em 2021 e 2022, o município não registrou casos, retornando em 2023 com 13 por 100 mil. Já a RI Carajás apresentou crescimento de 25,1 em 2019 para 34,6 em 2020 e alcançou pico de 45,9 em 2021. Nos dois anos seguintes houve queda: 39,6 em 2022 e 37 em 2023. O Pará partiu de 13,1 em 2019 e teve trajetória ascendente até 28,8 em 2022, com recuo para 26 em 2023 (Gráfico 9).



O comportamento em São Geraldo é atípico, com interrupção nos registros em dois anos consecutivos. A RI Carajás mostrou os maiores índices, mas com redução nos anos recentes. Já o estado do Pará demonstra crescimento quase contínuo até 2022. A queda em 2023 nas três esferas pode indicar avanços em políticas públicas, ou variação nos registros. Ainda assim, a discrepância entre os anos em São Geraldo sugere a necessidade de melhorias no monitoramento local da violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

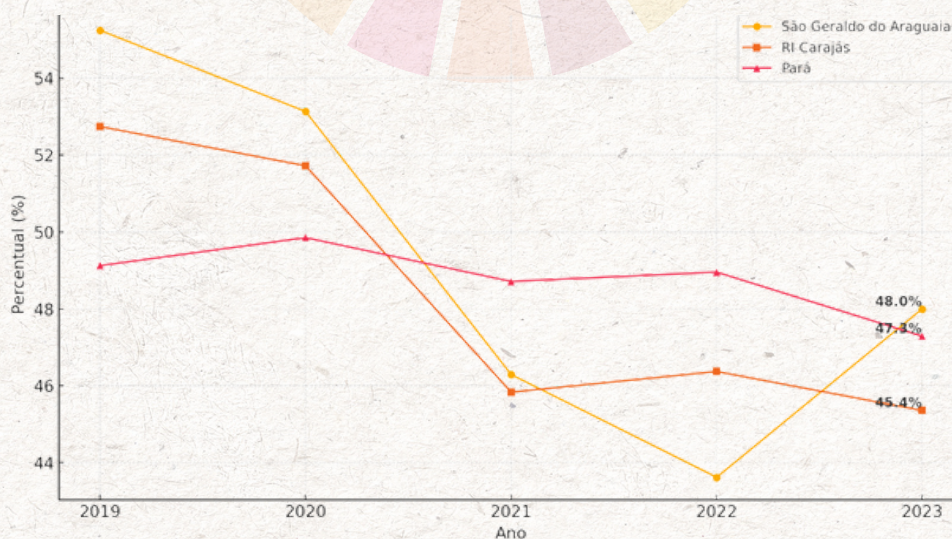
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em 2019, São Geraldo do Araguaia apresentava 55,1% dos cargos gerenciais ocupados por mulheres, valor que caiu progressivamente até 2022, com 43,7%. Em 2023 houve recuperação para 48%. A RI Carajás iniciou com 52,8% em 2019 e seguiu tendência semelhante: 51,7% em 2020, 45,9% em 2021, 46,3% em 2022 e 45,4% em 2023. Já o Pará começou com 49,1% e manteve-se relativamente estável, atingindo 47,3% ao final da série (Gráfico 10).



Os dados revelam queda generalizada na presença feminina em cargos de liderança nas três esferas. A retração mais acentuada ocorreu no município, embora com sinal de retomada em 2023. O Pará, por sua vez, demonstrou maior estabilidade, mantendo-se próximo de 48%. Apesar disso, todos os níveis permanecem abaixo dos valores iniciais de 2019. O cenário sugere necessidade de políticas de equidade mais robustas, sobretudo no ambiente municipal e regional (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

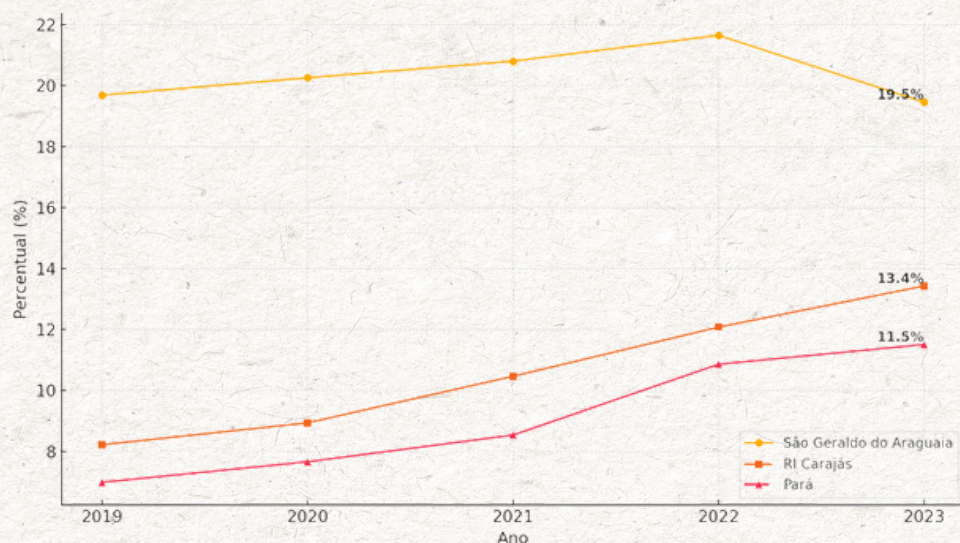
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em São Geraldo do Araguaia, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto era de 19,7% em 2019, aumentando levemente para 20,3% em 2020. A tendência de crescimento continuou em 2021 (20,9%) e 2022 (21,7%), mas houve queda em 2023, retornando para 19,5%. Já a RI Carajás apresentava 8,2% em 2019 e evoluiu continuamente até 13,4% em 2023. No estado do Pará, o indicador partiu de 6,9% em 2019 e chegou a 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Embora São Geraldo tenha apresentado ligeira retração em 2023, manteve-se com os maiores percentuais ao longo de todo o período. A RI Carajás e o estado do Pará apresentaram avanços consistentes ano a ano, indicando esforço regional de expansão do saneamento. O desempenho da RI, que subiu 5,2 pontos percentuais no período, é particularmente relevante. No entanto, o estado como um todo ainda apresenta cobertura bastante limitada. Os dados mostram um avanço geral, mas com desigualdade territorial acentuada. (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

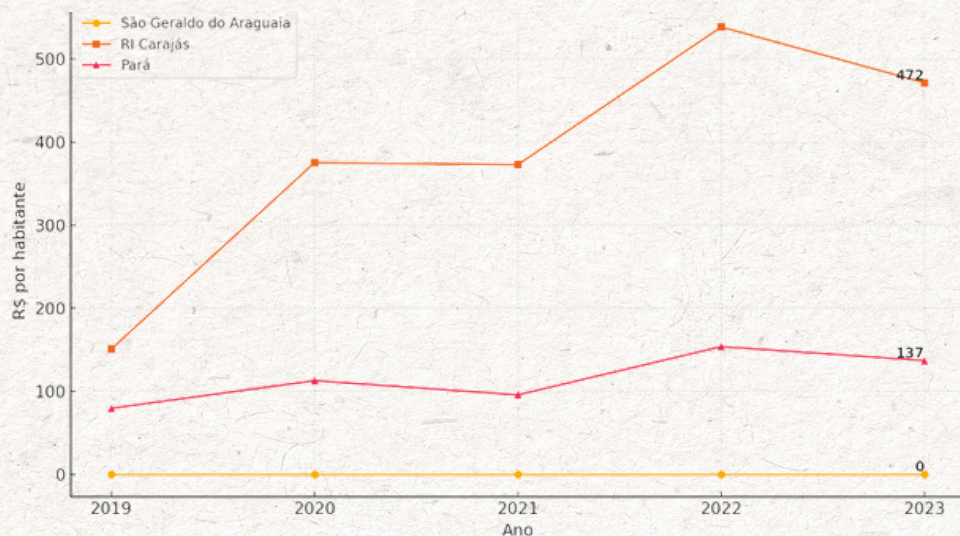
Em São Geraldo do Araguaia, o gasto per capita com saneamento básico foi nulo em todos os anos de 2019 a 2023, registrando R\$ 0,00 de investimento direto por habitante nesse período. Esse dado evidencia ausência de aplicação municipal direta no setor, o que contrasta fortemente com os demais territórios. A Região de Integração Carajás teve crescimento expressivo, passando de R\$ 153 em 2019 para R\$ 375 em 2020. Em 2021 manteve o valor e subiu novamente em 2022 para R\$ 541, encerrando 2023 em R\$ 472 (Gráfico 12).

No estado do Pará, os valores também cresceram, mas em

patamar inferior: R\$ 81 por habitante em 2019, subindo para R\$ 112 em 2020. Em 2021, houve recuo para R\$ 97, seguido de aumento para R\$ 155 em 2022 e leve queda para R\$ 137 em 2023. Comparando os territórios, São Geraldo apresenta total ausência de investimento per capita, mesmo com crescimento na coleta de esgoto. Isso sugere que ações nessa área podem estar sendo custeadas por outros entes federativos ou fora do orçamento direto municipal. A ausência sistemática de recursos próprios aponta para vulnerabilidade estrutural na gestão local de saneamento (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



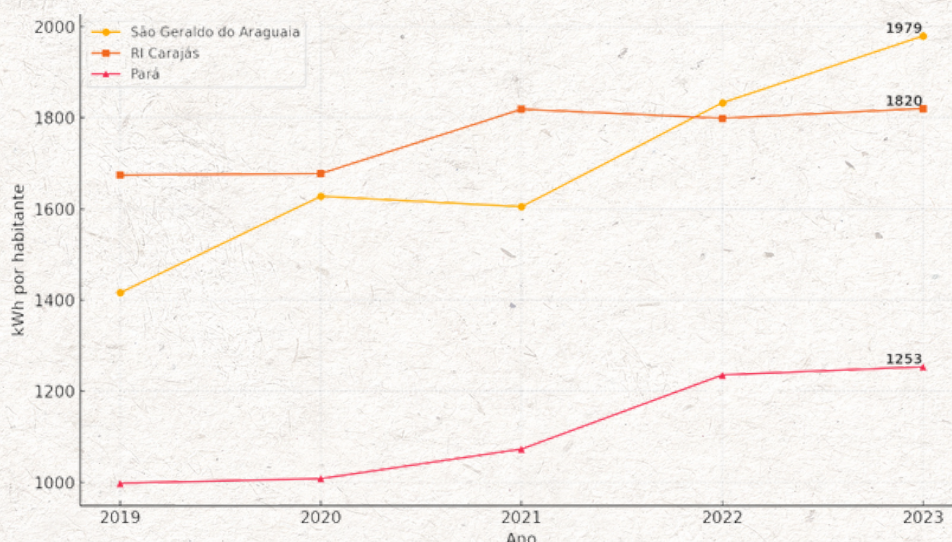
No município de São Geraldo do Araguaia, o consumo per capita de energia elétrica aumentou de 1.421 kWh/hab. em 2019 para 1.979 kWh/hab. em 2023, um crescimento de 39,3%. Houve um avanço acentuado entre 2019 e 2020, passando para 1.630 kWh/hab., seguido de leve queda em 2021 (1.605 kWh/hab.). Em 2022, o consumo voltou a crescer, chegando a 1.840 kWh/hab., e manteve o ritmo em 2023. Já a RI Carajás oscilou menos, saindo de 1.674 kWh/hab. em 2019 para 1.820 kWh/hab. em 2023, com pico em

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

2021 (1.818 kWh/hab.). O Estado do Pará apresentou crescimento constante, partindo de 985 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

O município superou, a partir de 2022, o nível da RI Carajás, sinalizando uma aceleração no consumo local. Entre 2020 e 2023, São Geraldo do Araguaia cresceu 21,4% em consumo, enquanto a RI Carajás cresceu apenas 9%. A diferença entre o município e o estado também aumentou significativamente: em 2019, o consumo local era 44,3% maior que o do Pará, e em 2023 esse diferencial subiu para 57,9%. Isso indica um ritmo acelerado de urbanização, crescimento populacional com acesso a eletrodomésticos ou mesmo maior disponibilidade energética no município. No Pará como um todo, o crescimento foi constante, com incremento de 27,2% no período, o que pode estar ligado à interiorização da energia (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.979 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

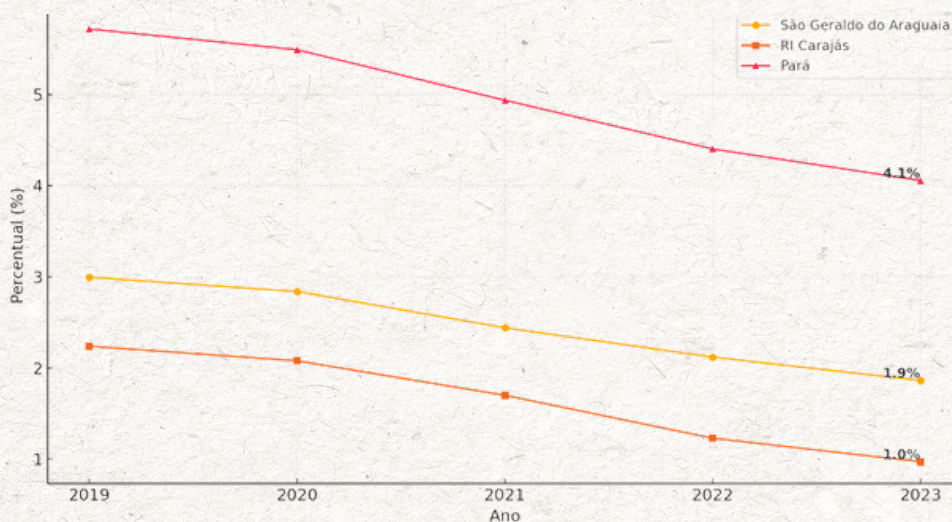
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em São Geraldo do Araguaia, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil reduziu-se de 3,0% em 2019 para 1,9% em 2023. Essa queda foi contínua ao longo do período: 2,9% em 2020, 2,4% em 2021 e 2,1% em 2022. Já a RI Carajás iniciou com 2,2% em 2019 e caiu para 1,0% em 2023, apresentando uma redução igualmente progressiva. No estado do Pará, a taxa caiu de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, com declínio mais acentuado entre 2020 (5,5%) e 2021 (4,9%) (Gráfico 14).

A tendência de queda nas três esferas indica avanços no acesso à energia elétrica em comunidades de baixa renda, com destaque para a RI Carajás, que apresenta o menor valor final (1,0%). São Geraldo do Araguaia também demonstra progresso relevante, com redução de 36,7% no período. No entanto, o estado do Pará mantém níveis bem mais altos que o município e a RI, mesmo com a melhora o valor estadual em 2023 (4,1%) ainda é mais que o dobro da média municipal. Isso evidencia desigualdade territorial no acesso à energia segura e moderna, apesar dos avanços regionais observados (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação
Fóssil, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

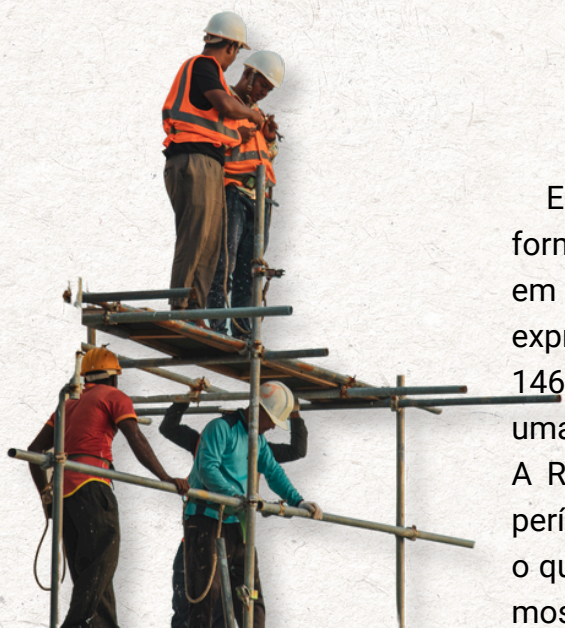
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

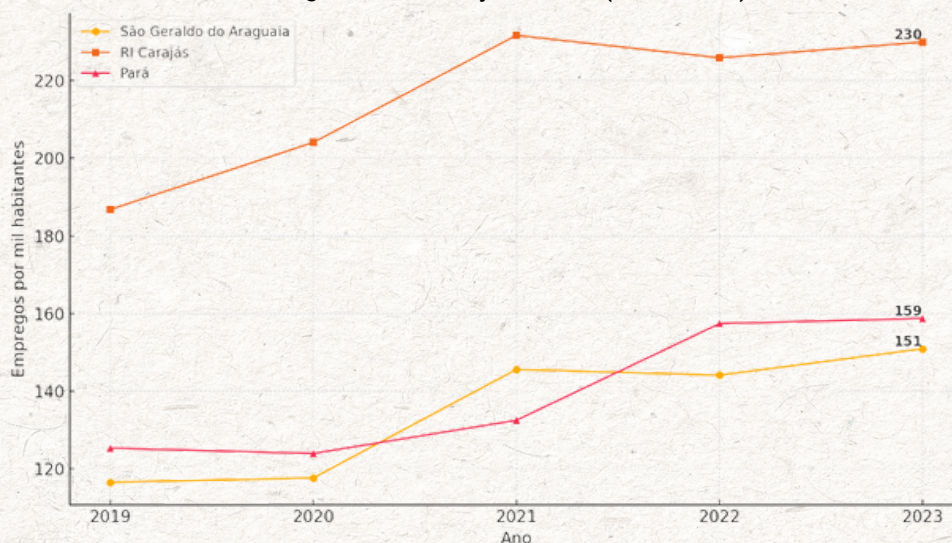
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

Comparativamente, São Geraldo do Araguaia manteve-se abaixo da média estadual até 2021, quando superou o valor do Pará. Em 2023, a diferença entre o município e o estado diminuiu para apenas 8 pontos, sinalizando avanço na formalização do mercado de trabalho local. No entanto, a RI Carajás se manteve com ampla vantagem, com cerca de 79 empregos formais a mais por mil habitantes em relação ao município. A elevação nos três níveis sugere um ciclo favorável de geração de empregos, possivelmente impulsionado por políticas regionais de fomento ou crescimento de setores industriais e de serviços. Mesmo com esse avanço, o desafio da formalização ainda persiste, especialmente fora dos grandes polos (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 151 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O município de São Geraldo do Araguaia elevou seu PIB per capita de R\$ 19.617 em 2018 para R\$ 30.784 em 2022, um crescimento de 76%. A maior variação ocorreu entre 2020 e 2021, quando saltou de R\$ 24.327 para R\$ 30.784. O Estado do Pará seguiu tendência semelhante, indo de R\$ 19.583 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Já a RI Carajás se destaca com um PIB per capita muito superior: partindo de R\$ 51.148 em 2018 e atingindo impressionantes R\$ 149.973 em 2022, com crescimento de 193% (Gráfico 16).

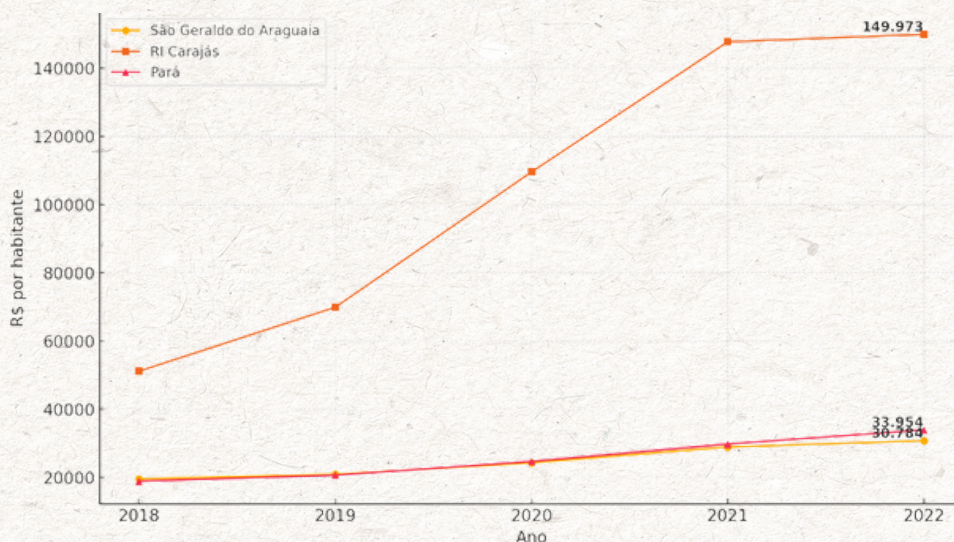


Esse diferencial da RI Carajás evidencia sua forte base produtiva, especialmente mineral e industrial, que eleva artificialmente a média regional. Ainda assim, o município e o estado apresentaram desempenho positivo, indicando crescimento econômico relevante. Em 2022, São Geraldo do Araguaia superou levemente a média estadual em PIB per capita, o que pode sinalizar melhoria da produtividade local ou aumento de atividades econômicas formais. O ritmo de crescimento do município é expressivo, embora insuficiente.



te para alcançar os patamares da RI. Isso demonstra o impacto da concentração de grandes empreendimentos em poucas localidades no PIB regional (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30.784/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

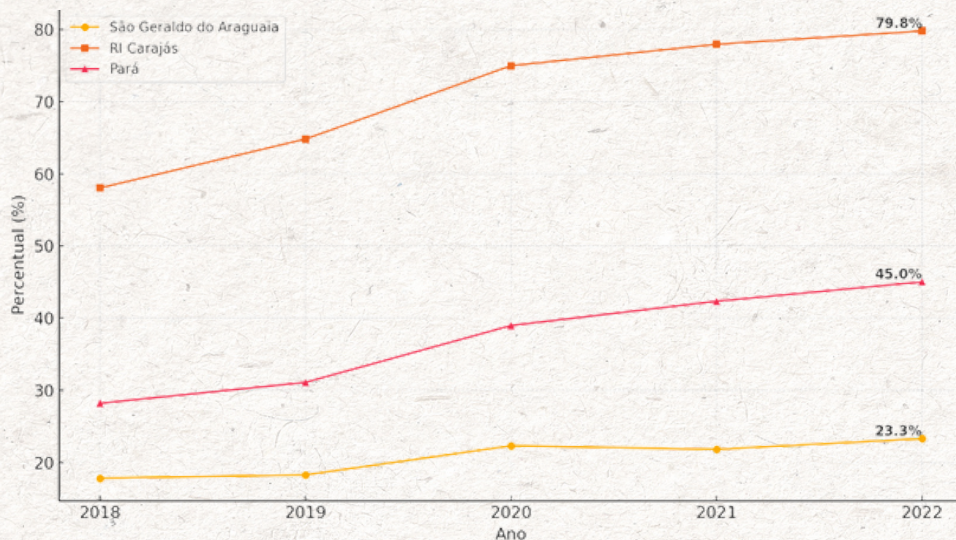


O valor adicionado pela indústria ao PIB de São Geraldo do Araguaia cresceu de 17,6% em 2018 para 23,3% em 2022. Houve um avanço significativo entre 2019 (17,4%) e 2020 (22,3%), seguido de estabilidade. O Estado do Pará mostrou evolução mais acentuada: de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022, com destaque para o salto de 38,9% em 2020. A RI Carajás apresenta novamente os índices mais elevados, subindo de 58,4% em 2018 para 79,8% em 2022, com crescimento constante e acentuado em todos os anos (Gráfico 17).

A forte participação da indústria na composição do PIB da RI Carajás reflete sua estrutura econômica altamente dependente da atividade mineral e de transformação. O Pará, por sua vez, caminha para uma industrialização moderada, com aumentos expressivos, mas ainda inferiores à média regional. Já São Geraldo do Araguaia, apesar do crescimento, mantém baixa participação industrial em comparação aos demais. Isso pode indicar predominância de setores como agropecuária e serviços, além de menor capacidade instalada de transformação local. A ampliação da industrialização pode ser estratégica para a diversificação econômica e aumento da arrecadação municipal (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em São Geraldo do Araguaia, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes cresceu de 8,0 em 2019 para 10,0 em 2023. Houve uma queda inicial em 2020 (7,0), seguida de pico em 2021 (12,0), mas o número estabilizou em 10,0 nos dois anos seguintes. A RI Carajás apresentou valores mais elevados e estáveis, iniciando com 18,4 em 2019 e



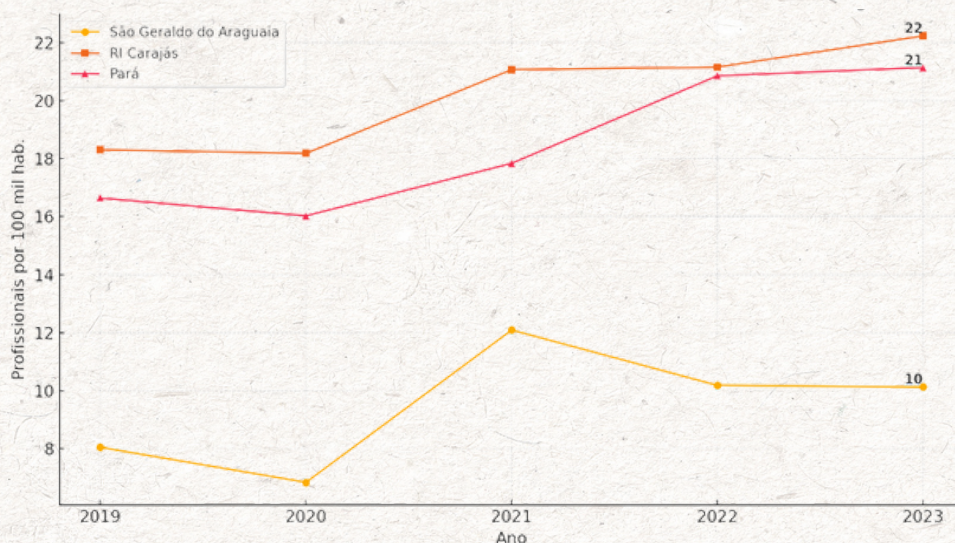
encerrando com 22,0 em 2023. Já o estado do Pará partiu de 16,6 em 2019 e cresceu continuamente até 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

A distância entre o município e os demais níveis territoriais é significativa, demonstrando

baixa densidade de profissionais científicos locais. Apesar da leve recuperação após 2020, São Geraldo do Araguaia ainda mantém cerca da metade da média estadual e regional. Isso pode indicar limitações em centros de pesquisa, instituições de ensino superior ou baixa atratividade da região para esse perfil profissional. O crescimento da RI Carajás e do Pará sugere investimentos mais consistentes em ciência e tecnologia, o que não se refletiu com a mesma intensidade no município. Tal cenário reforça a necessidade de políticas locais de incentivo à qualificação técnica e científica (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



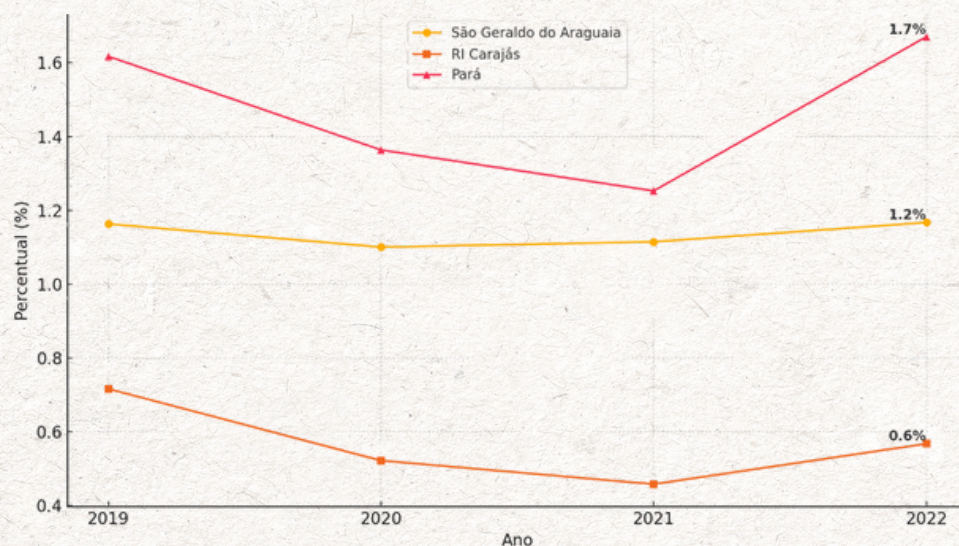
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, São Geraldo do Araguaia manteve a massa salarial dos vínculos formais relativamente estável, partindo de 1,17% do PIB em 2019 e chegando a 1,2% em 2022. Houve uma leve queda em 2020 (1,10%) e recuperação gradual nos anos seguintes. A RI Carajás apresentou percentuais significativamente menores, indo de 0,71% em 2019 para apenas 0,60% em 2022. Já o estado do Pará teve comportamento oscilante, iniciando com 1,62% em 2019, caindo até 1,26% em 2021, e subindo novamente para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

Essa estabilidade do indicador no município, em contraste com a queda inicial e posterior

recuperação no estado, pode refletir uma estrutura salarial pouco dinâmica ou limitada pela baixa diversificação do mercado formal. A RI Carajás, mesmo com alto PIB per capita, possui uma das menores proporções de massa salarial, o que pode indicar concentração de renda em setores capital-intensivos com baixa geração de empregos. Em São Geraldo, a massa salarial representa uma parcela constante do PIB, mas sem grande capacidade de alavancar desenvolvimento. A elevação recente no estado, por sua vez, aponta uma valorização do trabalho formal em relação à renda total (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

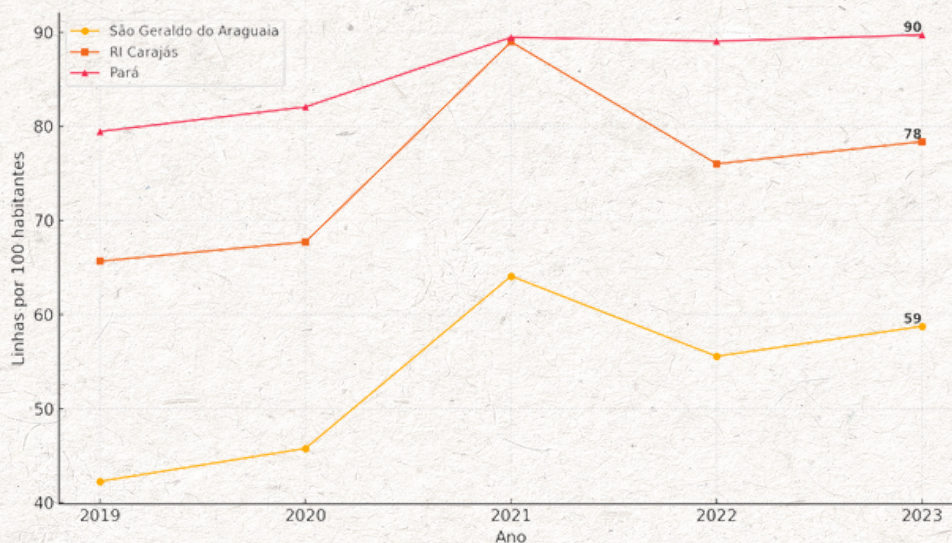
Acesso à Telefonia Móvel

Em São Geraldo do Araguaia, o acesso à telefonia móvel cresceu de 42 linhas por 100 habitantes em 2019 para 59 em 2023. O pico ocorreu em 2021, com 64, seguido de queda para 55 em 2022 e leve recuperação no ano seguinte. A RI Carajás apresentou desempenho mais elevado: de 66 em 2019 para 78 em 2023, também com pico em 2021 (89). Já o estado do Pará teve crescimento contínuo, partindo de 79 em 2019 e chegando a 90 linhas por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 20).

O município mostra expansão, mas mantém um desempenho inferior à média estadual e regional. Enquanto o Pará e a RI Carajás ultrapassaram 75 linhas desde 2020, São Geraldo só se aproximou disso em 2021, sem conseguir manter o avanço. A diferença com relação ao estado em 2023 ainda é significativa (31 linhas). Isso sugere obstáculos no acesso ou cobertura de rede, que impactam diretamente a conectividade e inclusão digital. O dado reforça a importância de políticas de infraestrutura em telecomunicações no interior (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

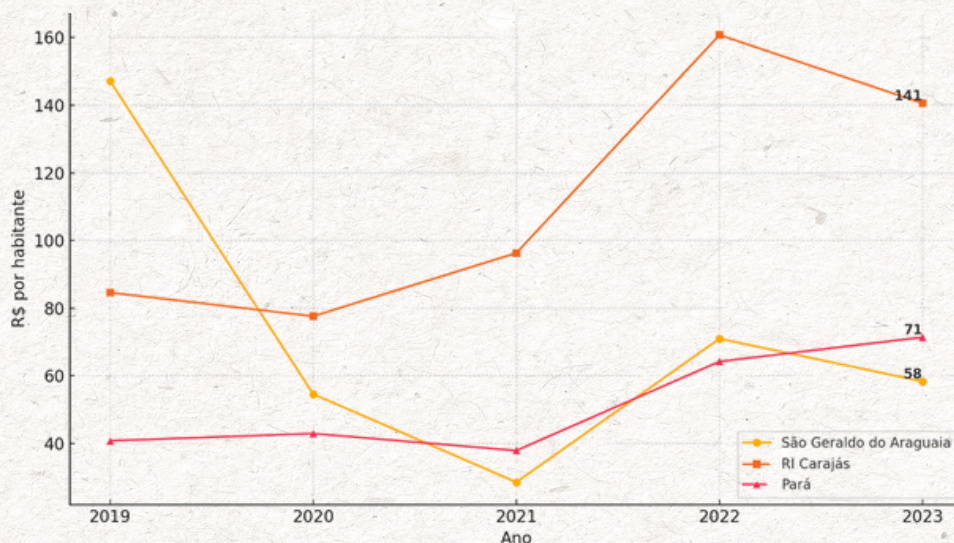
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em São Geraldo do Araguaia, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental caiu de R\$ 147 por habitante em 2019 para R\$ 58 em 2023. Após forte redução em 2020 (R\$ 54), o valor atingiu um mínimo de R\$ 27 em 2021, seguido por alta pontual em 2022 (R\$ 71). Na RI Carajás, oscilou de R\$ 85 em 2019 para R\$ 141 em 2023, com maior pico em 2022 (R\$ 160). Já o Pará cresceu gradualmente, de R\$ 40 em 2019 para R\$ 71 em 2023 (Gráfico 21).

A trajetória do município evidencia forte retração dos investimentos no setor, com quedas significativas entre 2019 e 2021. Apesar de uma breve recuperação, os valores seguem abaixo da média estadual e da RI. O Pará superou São Geraldo do Araguaia em 2023, mesmo partindo de um patamar inferior. Já a RI demonstra esforço contínuo de elevação dos investimentos ambientais e culturais. A variação municipal revela instabilidade no orçamento público local voltado a áreas socioambientais (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



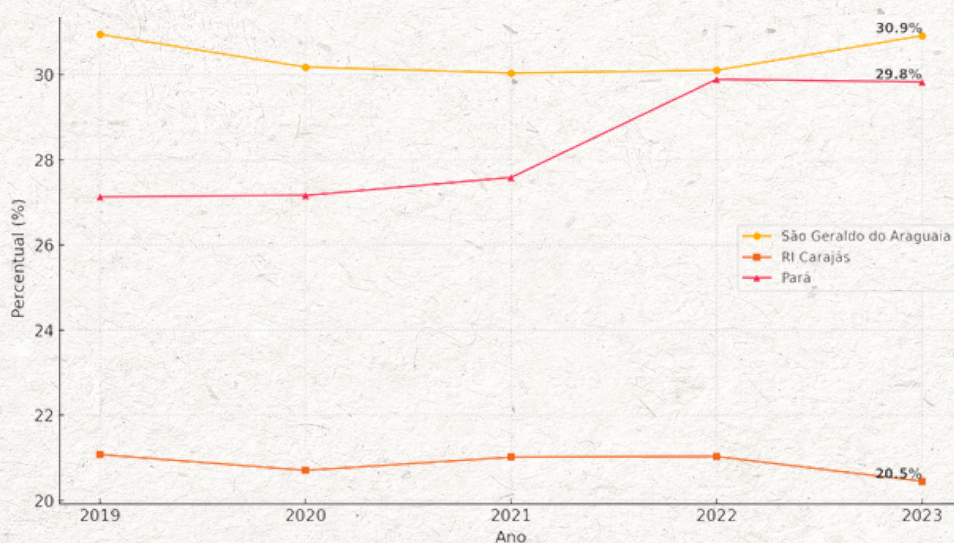
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em São Geraldo do Araguaia manteve-se elevado e estável, variando de 30,9% em 2019 a 30,9% em 2023, com mínimas de 30,1% em 2021 e 2022. A RI Carajás permaneceu constante entre 20,6% e 21,1%, encerrando 2023 com 20,5%. O estado do Pará aumentou de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2023, ultrapassando inclusive a média da RI (Gráfico 22).

São Geraldo do Araguaia teve o maior per-

centual ao longo de toda a série, superando tanto a média estadual quanto regional. A estagnação em patamar elevado revela ineficiência ou ausência de políticas públicas voltadas à destinação adequada de resíduos. A diferença em relação à RI Carajás foi de 10,4 pontos percentuais em 2023. O avanço do Pará no indicador indica que o problema é generalizado, mas mais crítico em algumas localidades. A melhoria depende da expansão de sistemas de coleta regular e educação ambiental. (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

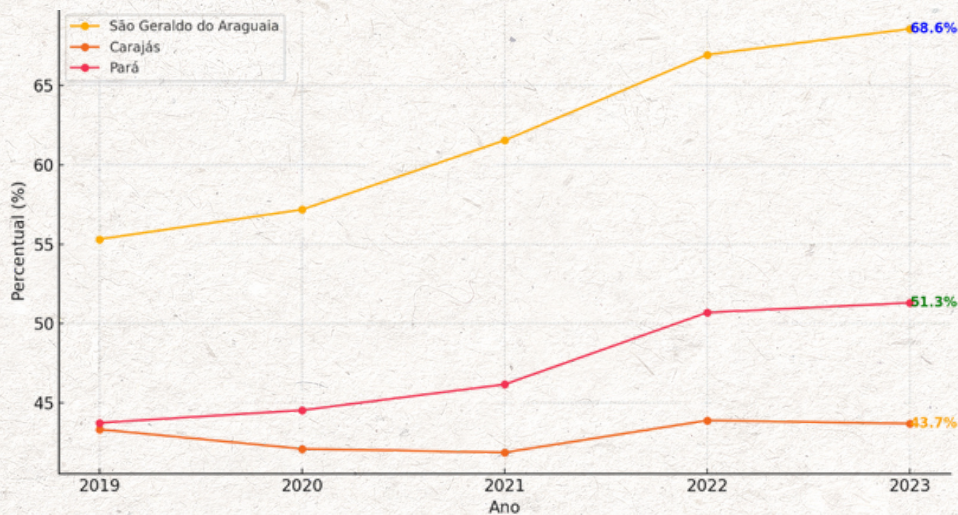
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em São Geraldo do Araguaia, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar aumentou de 55,3% em 2019 para 68,6% em 2023. A trajetória foi ascendente, com marcos de 57,2% (2020), 61,5% (2021) e 67,1% (2022). No Pará, o valor subiu de 43,6% em 2019 para 51,3% em 2023, também em tendência de crescimento. A RI Carajás, por outro lado, permaneceu praticamente estável: de 43,5% em 2019 para 43,7% em 2023 (Gráfico 23).

O município lidera com ampla margem o

uso de soluções sanitárias precárias entre os três níveis analisados. O crescimento contínuo evidencia agravamento das condições de saneamento, especialmente entre a população de baixa renda. Em 2023, a diferença entre o município e a RI Carajás foi de 24,9 pontos percentuais. Esse cenário indica ausência de redes adequadas de esgoto ou ações eficazes de substituição de fossas. A reversão dessa tendência exige investimentos robustos em infraestrutura de saneamento básico (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

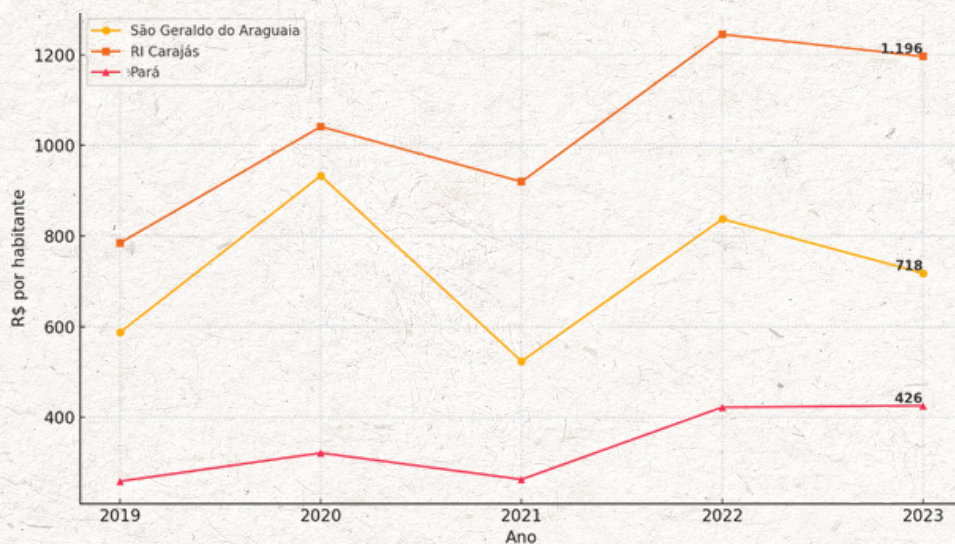
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em São Geraldo do Araguaia, os gastos per capita com prevenção de desastres oscilaram ao longo do período, iniciando com R\$ 585 em 2019, subindo para R\$ 937 em 2020, recuando para R\$ 525 em 2021 e fechando 2023 em R\$ 718. A RI Carajás, por sua vez, teve valores mais altos e crescimento mais consistente: de R\$ 789 em 2019 para R\$ 1.196 em 2023, com pico em 2022 (R\$ 1.251). O Pará teve evolução mais modesta, iniciando com R\$ 262 e chegando a R\$ 426 por habitante. O município acompanhou, de forma parcial, as oscilações da RI, mas sem alcançar os mesmos patamares (Gráfico 24).



A queda acentuada entre 2020 e 2021 em São Geraldo indica possível descontinuidade de programas ou contenção orçamentária, seguida de uma tentativa de recuperação. Apesar disso, o valor em 2023 ainda é inferior ao registrado em 2020, o que mostra retração relativa na prioridade do tema. Comparado ao estado, o município investe mais que a média paraense, mas ainda há distância considerável em relação à média regional. O maior volume na RI sugere maior estruturação de políticas de defesa civil. Em municípios menores, essa despesa pode ser mais vulnerável à instabilidade fiscal e à gestão política local (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 718/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

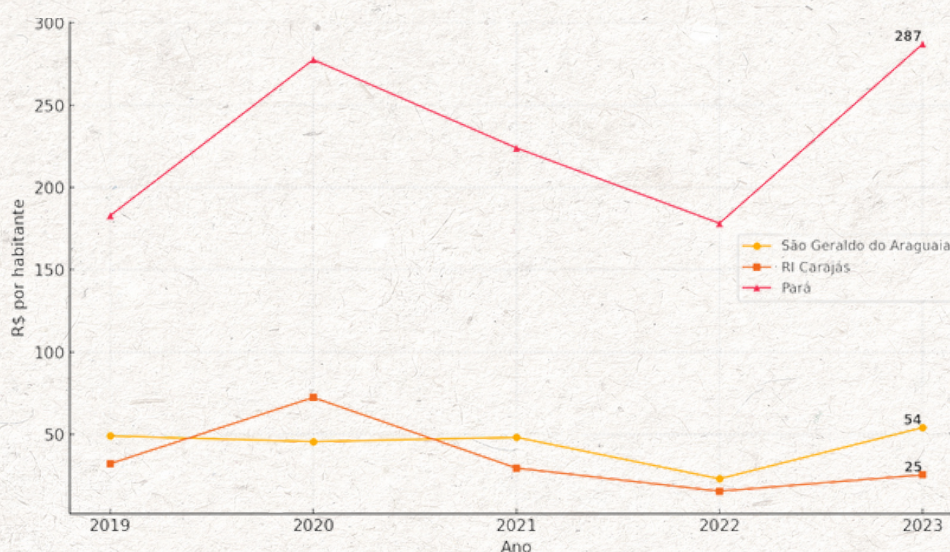
Despesa per capita com preservação aquática

Em São Geraldo do Araguaia, as despesas com preservação aquática oscilaram entre R\$ 27 e R\$ 54 por habitante no período analisado. O valor inicial, em 2019, foi de R\$ 49, caindo para R\$ 26 em 2022 e voltando a subir para R\$ 54 em 2023. A RI Carajás teve comportamento similar, partindo de R\$ 33 em 2019, subindo a R\$ 73 em 2020, mas caindo para R\$ 25 em 2023. Já o estado do Pará manteve os maiores investimentos, saltando de R\$ 184 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com picos em 2020 (R\$ 276) e em 2023 (Gráfico 25).

O contraste entre o Pará e os demais evidência maior esforço estadual na proteção

de recursos hídricos, enquanto o município e a RI demonstram investimentos irregulares. São Geraldo manteve valores modestos e instáveis, sem trajetória clara de crescimento, o que pode comprometer a continuidade de ações. Em 2023, mesmo com o aumento, o valor per capita municipal representou apenas 18,8% do gasto estadual. A volatilidade também indica dependência de repasses ou baixa institucionalização da política ambiental local. A constância nos investimentos estaduais pode estar associada a programas de bacia hidrográfica ou de licenciamento ambiental com amplitude regional (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 54/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

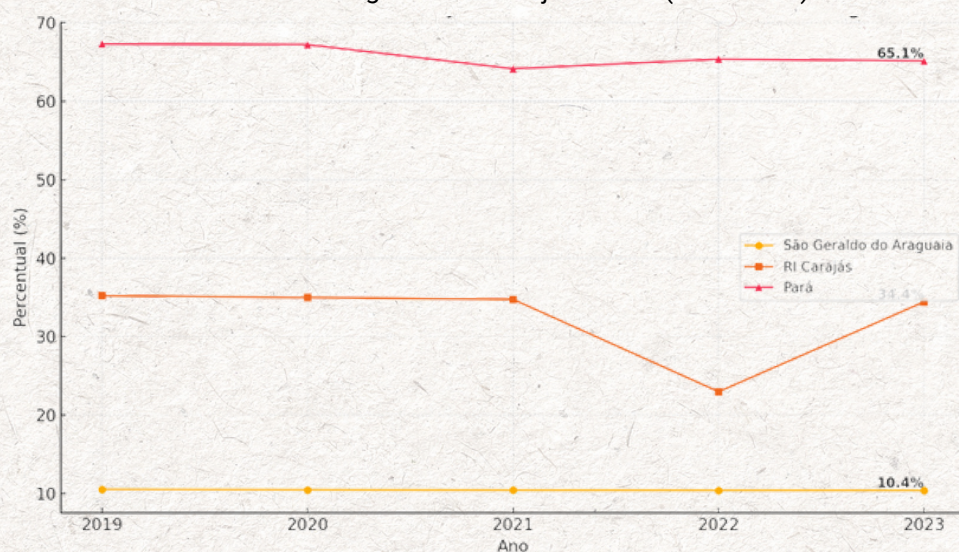
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em 2023, São Geraldo do Araguaia apresentava apenas 10,4% de cobertura florestal em relação à sua área total, mantendo estabilidade desde 2019 (10,3%). A RI Carajás, após três anos de estabilidade (35,2% entre 2019 e 2021), sofreu queda expressiva em 2022 (23,4%) e recuperou-se parcialmente em 2023, com 34,4%. O Pará manteve sua vegetação nativa mais preservada, variando de 67,1% em 2019 a 65,1% em 2023. A trajetória estadual é de leve declínio, mas com padrão de conservação muito superior aos demais recortes (Gráfico 26).

A baixa cobertura florestal no município indica forte pressão sobre o território, possivelmente ligada à conversão para agropecuária ou urbanização desordenada. A queda observada na RI em 2022 sinaliza eventos localizados de desmatamento mais intenso. O Pará, embora tenha perdido cobertura florestal nos últimos anos, ainda preserva dois terços de sua área. Isso revela disparidades territoriais quanto à ocupação do solo e políticas ambientais. A recomposição florestal ou a ampliação de áreas protegidas seria crucial em áreas críticas como São Geraldo do Araguaia (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

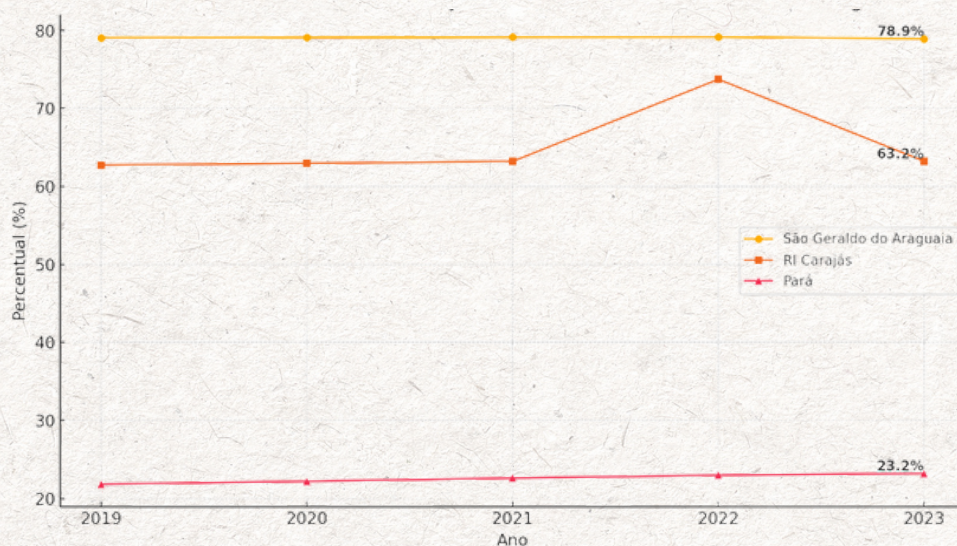
O município de São Geraldo do Araguaia manteve percentuais altíssimos de área desmatada ao longo do período, com 78,9% entre 2019 e 2023. A RI Carajás variou de forma mais significativa: 62,8% em 2019, passando a 74,1% em 2022, mas recuando para 63,2% em 2023. O Pará, em contrapartida, manteve um padrão muito inferior, variando entre 21,6% e 23,2% no mesmo período. A diferença de mais de 55 pontos percentuais entre o município e o estado evidencia um quadro crítico de degradação (Gráfico 27).

A estabilidade no alto índice

de desmatamento em São Geraldo do Araguaia sugere um cenário consolidado de uso intensivo do solo, sem políticas efetivas de reversão ou contenção. A RI Carajás teve melhora em 2023, mas segue em patamar elevado, refletindo o mesmo padrão de pressão ambiental. O estado, apesar de vasto, tem conseguido preservar boa parte de seu território, o que destaca a importância de ações regionais articuladas. A situação local demanda ações urgentes de fiscalização, uso sustentável e recuperação de áreas degradadas para evitar o esgotamento de recursos naturais (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

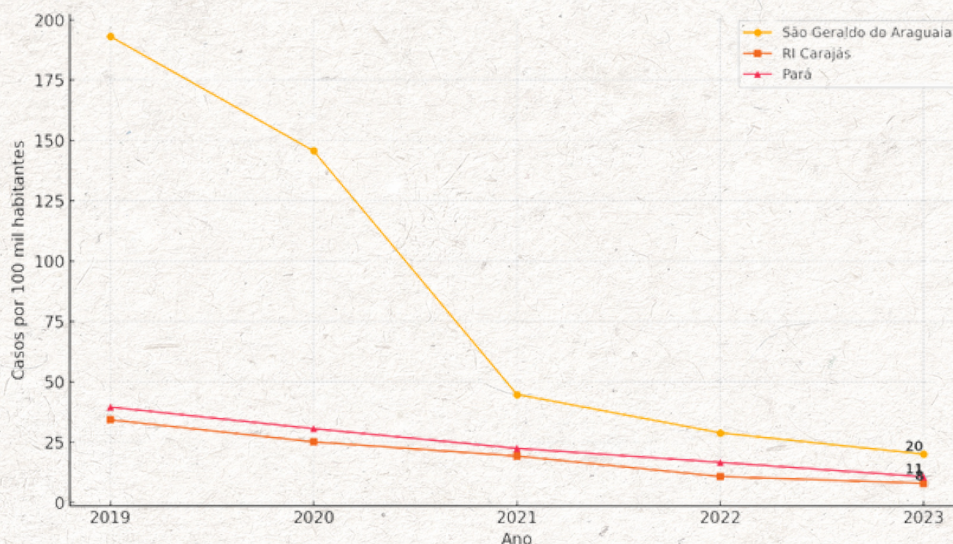
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de São Geraldo do Araguaia apresentou uma expressiva redução no trabalho infantil, saindo de 193 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 20 em 2023. O declínio mais acentuado ocorreu entre 2020 (145 casos) e 2021 (44 casos), evidenciando uma queda de mais de 69%. Em 2022, os registros diminuíram para 30, e em 2023, alcançaram o menor nível da série. A RI Carajás também reduziu seus índices de 33 para 11 casos no mesmo período. Já o estado do Pará passou de 38 para 13 casos por 100 mil, com queda contínua ano a ano (Gráfico 28).

A trajetória municipal, embora ainda acima das médias esta-

dual e regional em 2023, mostra resultados bastante positivos em comparação com 2019. O recuo de 173 casos em cinco anos reflete, possivelmente, políticas sociais e educacionais mais efetivas ou maior fiscalização local. A redução mais tímida nas demais esferas pode indicar dificuldades maiores em ampliar a cobertura ou eficácia das ações. Ainda assim, a persistência do problema, mesmo com redução, aponta a necessidade de manter os esforços e evitar retrocessos. A superação da média estadual por São Geraldo é um sinal relevante, mas ainda há espaço para avanço (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

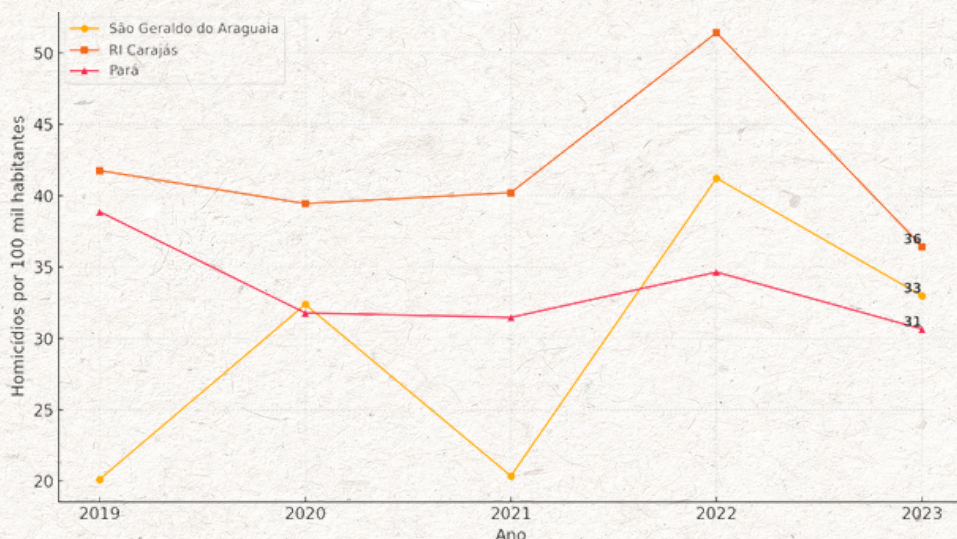
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em São Geraldo do Araguaia, a taxa de homicídios iniciou em 20 por 100 mil habitantes em 2019, subiu para 32,4 em 2020, retornou ao mesmo nível de 2019 em 2021, saltou para 41 em 2022 e caiu novamente para 33 em 2023. A trajetória é marcada por oscilações acentuadas, com pico em 2022. Na RI Carajás, os índices foram mais elevados: iniciaram em 41,7 em 2019, subiram para 52 em 2022 e recuaram para 36 em 2023. Já o Pará apresentou trajetória mais estável: de 38,9 em 2019 para 31 em 2023, com variações menores (Gráfico 29).

Apesar das oscilações, o município termi-

nou o período com uma taxa superior ao início da série (de 20 para 33). A alta em 2022 pode estar ligada a episódios localizados de violência, seguida de relativa contenção no ano seguinte. A RI Carajás manteve-se como o território com os piores resultados da série, o que pode indicar persistência da criminalidade violenta regionalmente. O Pará, com redução de quase 8 pontos no período, demonstra maior estabilidade e efetividade em controle da violência letal. O desempenho de São Geraldo, embora melhor que o da RI em alguns anos, requer atenção diante da elevação acumulada (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



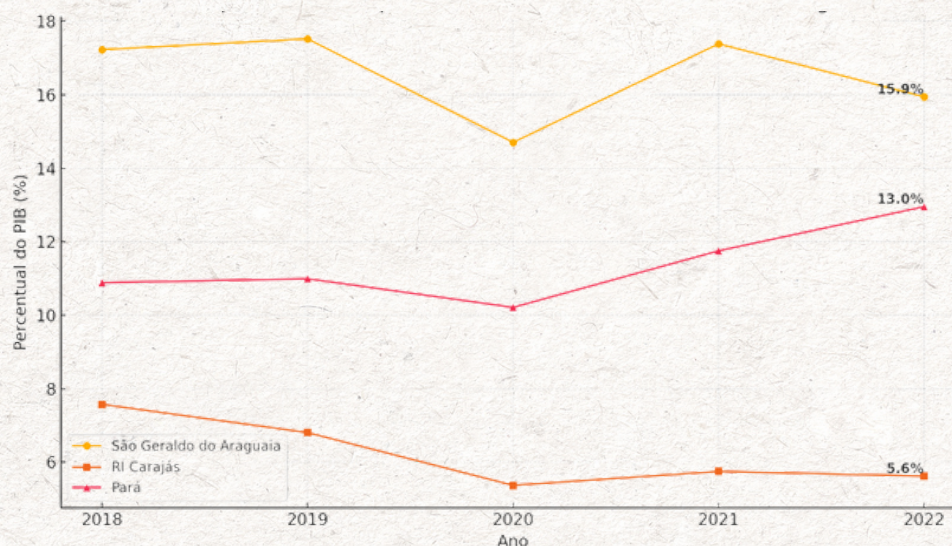
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em São Geraldo do Araguaia, o gasto público municipal como percentual do PIB iniciou em 17,2% em 2018, subindo levemente para 17,5% em 2019. Em 2020, houve queda para 14,8%, seguida de recuperação em 2021 (17,4%) e recuo final em 2022, encerrando em 15,9%. A média do município é sistematicamente superior à média estadual e regional. A RI Carajás iniciou em 7,6% em 2018 e caiu continuamente, chegando a 5,6% em 2022, com seu valor mais baixo da série. Já o estado do Pará iniciou com 10,9% e subiu para 13,0% ao fim da série (Gráfico 30).

O município se destaca por manter altos per-

centuais de gasto público municipal em relação ao PIB, indicando forte presença do setor público na economia local. A queda em 2020 pode estar relacionada à pandemia e às restrições fiscais, mas a rápida recuperação mostra capacidade de mobilização orçamentária. A RI Carajás, com menor relação entre gastos e PIB, reflete maior presença do setor privado e menor dependência da máquina pública. O estado do Pará apresenta tendência de crescimento, alcançando o maior valor da série em 2022. A elevada participação municipal pode indicar forte dependência de transferências ou baixa base tributária (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

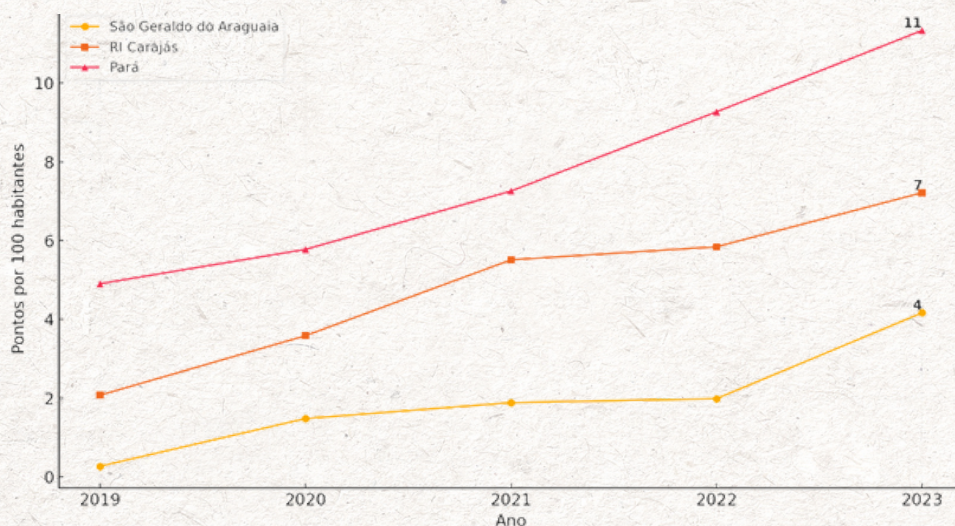
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em São Geraldo do Araguaia, a taxa de acesso à banda larga fixa cresceu de apenas 0,3 pontos por 100 habitantes em 2019 para 4,1 pontos em 2023. O crescimento foi gradual: 1,5 pontos em 2020, 1,9 em 2021, 2,0 em 2022 e o salto mais expressivo ocorreu em 2023. A RI Carajás saiu de 2,1 em 2019 para 7,1 em 2023, mantendo crescimento constante a cada ano. O Pará, por sua vez, apresentou a melhor performance: partiu de 4,9 pontos em 2019 e alcançou 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 31).

Embora o município tenha apresentado avan-

ço, sua taxa em 2023 ainda representa menos da metade da taxa estadual, o que evidencia grandes desigualdades de conectividade. A partir de 2022, o crescimento municipal acelerou, possivelmente em função de investimentos pontuais em infraestrutura digital. A RI Carajás e o Pará apresentaram crescimento contínuo e consistente, com maiores níveis de acesso já em 2020. A diferença entre os territórios reflete desigual distribuição da oferta de serviços e da renda. A expansão da banda larga no município é positiva, mas o ritmo precisa ser ampliado para reduzir o hiato digital (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

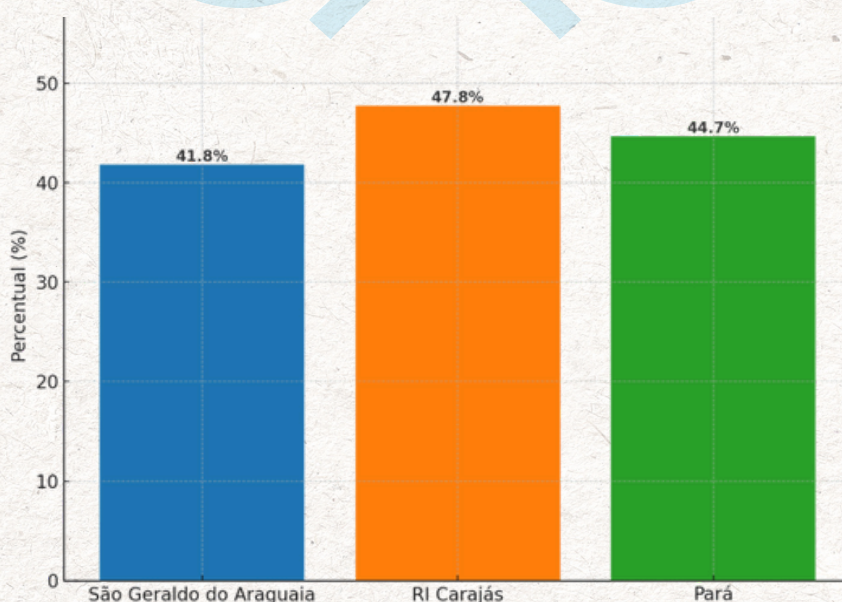
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São Geraldo do Araguaia** registrou um IDS de **41,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Geraldo do Araguaia x RI Carajás x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



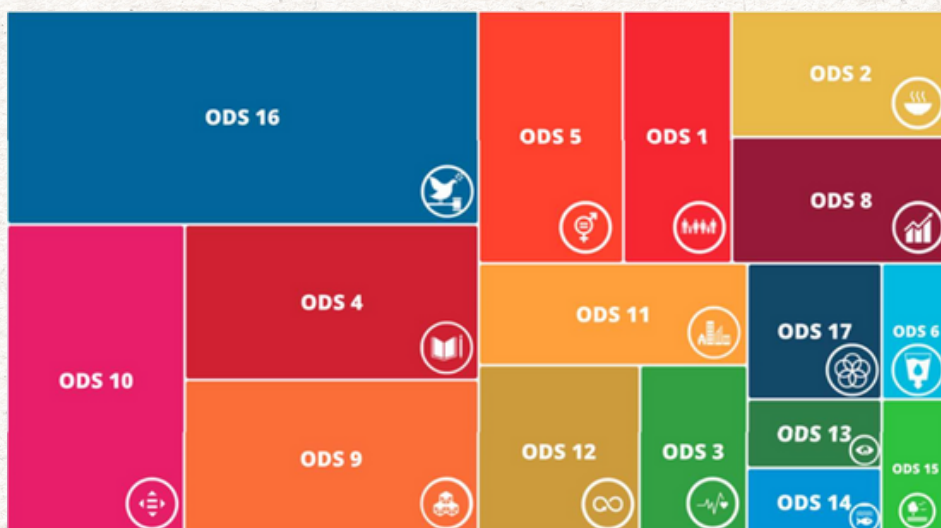
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de São Geraldo do Araguaia na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em São Geraldo do Araguaia e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

